

Amagis

NA IMPRENSA

FEVEREIRO DE 2014

THE GLOBE AND MAIL (CANADÁ) • 26 DE JANEIRO DE 2014



There is no political constituency with any inclination to reform the prison system, said Herbert Carneiro, a judge who heads the National Council on Criminal and Penitentiary Policy. Polls show a majority of Brazilians believe less money should be spent on prisoners, that sentences should be longer, that the age of incarcerating adolescents as adults should be lowered.

There are "no consequences" for the federal or state governments when prisoners are killed, or live 16 in a cell built for two, Mr. Carneiro said – and there may be incentive to maintain that status quo.

(Não há eleitorado político com qualquer inclinação para a reforma do sistema penitenciário, disse Herbert Carneiro, um magistrado que preside o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. As pesquisas mostram que a maioria dos brasileiros defende que menos dinheiro deveria ser gasto em prisioneiros, que as sentenças deveriam ser mais longas e que a maioria penal deveria ser reduzida.

"Não há consequências" para os governos federal ou estadual quando os prisioneiros são mortos ou quando vivem 16 deles em uma cela construída para dois, disse Herbert Carneiro - e pode haver incentivo para manter esse status quo.)

... but every single year we have something like 100,000 prisoners, said Lucia Nader, director of Conectas, a human-rights organization, adding that the conditions exist "for this to happen in any prison in Brazil."

Brazil's economy has surged in recent years to become the world's sixth largest; social policy reforms have helped create a huge new middle class, and the country is keen to flex international muscle, gaining for a...

"There are great interests, from politicians to the military, that are invested in the status quo," said Valdir Silveira, a Roman Catholic priest who is the national co-ordinator of the pastoral service and recently audited conditions in Maranhao. Powerful politicians have close ties to the companies that provide prison services (and run those that have been privatized), while much of the prison budget never makes it to administrators, he said.

Brazilian Minister of Justice Jose Cardozo, who in 2012 called the country's prisons "medieval" and said he would prefer to die rather than...

"The state has no control at all of its prisons," Mr. Carneiro, the prison policy chief, said bluntly. "It controls only our fake feeling of public security."

("O Estado não tem controle de todas as suas prisões", disse sem rodeios Herbert Carneiro, presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. "Ele controla apenas o nosso falso sentimento de segurança pública.")

Pastoral... fed; almost none have access to the education and... are mandated by Brazil's penal law, which also says prisoners must each have their own cell – a condition that exists almost nowhere in the country.

MAIS BURITIS (SITE) • 15 DE JANEIRO DE 2014

HOJE EM DIA (BH) • 16 DE JANEIRO DE 2014



MAIS BURITIS
maisburitis.com.br

Notícias Política Eventos Esportes Colunistas Contato



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DENUNCIA ATAQUE AO ESTADO DE DIREITO EM BURITIS

Postado por: Claiton Amaral 15 de janeiro de 2014 0 Comentários

Curtir 0

Em respeito aos cidadãos da Comarca de Buritis, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público contestar e denunciar, com veemência, um atentado contra o estado de direito promovido por rede criminosa.

De dentro da própria cadeia, um preso, acusado de agressão a mulheres, se utiliza de parceiros e das liberalidades das redes sociais para caluniar e difamar a honra do isento, correto e íntegro juiz Dalmo Luiz Silva Bueno, desta Comarca. Em toda sua atuação e trajetória judicante, o magistrado sempre julgou corretamente, respeitando o amplo direito de defesa, além de ser cumpridor das leis e da Constituição.

Não se pode confundir o direito ao recurso a uma sentença judicial com agressões à honra ou ameaças de morte. Aos insatisfeitos com as decisões judiciais, é facultado o direito de recorrer a instâncias superiores, como é o devido processo legal. A Justiça e os juízes não se intimidarão e nem irão permitir que outro crime seja cometido para encobrir o que provocou a prisão.

O poder constituído, o Poder Judiciário e a Amagis não ficarão de braços cruzados ante essas agressões e ameaças, que, antes de tudo, são ataques à própria democracia e à Constituição. Tomaremos todas as providências cabíveis para defender, de maneira intransigente, a independência de julgar do magistrado, sua segurança e a de seus familiares, e garantir o estado de direito em Buritis e região.

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2014

Herbert Carneiro

Política

Belo Horizonte, quinta-feira, 16.1.2014

HOJE EM DIA | 03

Ameaçado

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) publicou nota ontem para denunciar o que chamou de “campanha difamatória seguida de ameaça de morte” contra o juiz da Comarca de Buritis, Dalmo Luiz Silva Bueno.

Segundo a Amagis, “de dentro da própria cadeia, um preso, acusado de agressão a mulheres, se utiliza de parceiros e das liberalidades das redes sociais, para ameaçar de morte e caluniar e difamar a honra do isento, correto e íntegro magistrado”.

Repúdio

Em outro trecho da nota, a entidade que defende os juízes mineiros afirmou que “o poder constituído, o Poder Judiciário e a Amagis não ficarão de braços cruzados ante essas agressões a mulheres e ameaças de morte contra juízes, que, antes de tudo, são ataques à própria democracia e à Constituição. Tomaremos todas as providências cabíveis para defender, de maneira intransigente, a independência de julgar do magistrado, sua segurança e a de seus familiares, e garantir o estado de direito em Buritis e região”.

ESTADO DE MINAS (BH) • 16 DE JANEIRO DE 2014

2

ESTADO DE MINAS • QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2014

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
EDITOR-ASSISTENTE: Renato Scopelotempore
E-MAIL: politica.em@uol.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5293



BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

EM DIA COM A POLÍTICA

>>baptistaalmeida.mg@dioriosassociados.com.br

Ameaçado

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, saiu em defesa do juiz de Buritis, Dalmo Luiz Silva Bueno, que vem sendo ameaçado por um detento pelas redes sociais. “De dentro da própria cadeia, um preso, acusado de agressão a mulheres, se utiliza de parceiros e das liberalidades das redes sociais, para ameaçar de morte e caluniar e difamar a honra do isento, correto e íntegro magistrado”, assinalou Carneiro. O presidente da Amagis anunciou providências para defender a segurança do juiz e de sua família.

O TEMPO (BH) • 16 DE JANEIRO DE 2014

O TEMPO (BH) • 16 DE JANEIRO DE 2014

2 O TEMPO Belo Horizonte
QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2014

A.PARTE



Desagravo
A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) divulgou nota em apoio ao juiz da comarca de Buritis, Dalmo Luiz Silva Bueno. A entidade diz na nota que está em curso uma campanha difamatória contra o magistrado. Houve até ameaça de morte. O responsável seria um preso.

METRO (BH) • 17 DE JANEIRO DE 2014

Perigo

Juiz de Buritis é ameaçado de morte por preso

Um juiz de Buritis, no Noroeste do Estado, vem sendo ameaçado há cerca de um mês por um homem que se encontra numa cadeia da cidade. A Associação dos Magistrados Mineiros emitiu nota denunciando a situação. Diante do temor de uma ação real, o preso foi transferido para Unaí. **METRO BH**

O TEMPO CIDADES

CAPA	SUPERFC	CIDADES	DIVERSÃO	INTERESSA	MAIS
------	---------	---------	----------	-----------	------

Onde fui roubado

NOROESTE DO ESTADO

Juiz é ameaçado de morte por homem que está na cadeia, em Buritis

Magistrado tomou conhecimento da situação por meio do delegado da cidade, que fez um comunicado formal sobre a existência das ameaças; o caso foi denunciado pela Associação dos Magistrados Mineiros nessa quarta-feira

Fontes: Normal Mais Notícias

Tweet 0 8+1 0

PUBLICADO EM 16/01/14 - 13h58

BRUNA CARMONA

O juiz Dalmo Luiz Silva Bueno, da Comarca de Buritis, no Noroeste do Estado, está sendo ameaçado de morte por um homem que está preso. De acordo com o magistrado, as ameaças começaram há cerca de um mês, depois que Ellyanderson da Silva foi preso em flagrante, com uma pistola Taurus e vasta munição, inclusive de uso restrito às Forças Armadas.

A prisão aconteceu após o cumprimento de um mandado de busca e apreensão na casa de Silva, solicitado pelo juiz, que recebeu um pedido de medida protetiva feito por uma mulher que estaria sendo ameaçada pelo suspeito. Silva teve a prisão preventiva decretada e foi levado para a cadeia de Buritis, onde teria dito aos presos que tinha a intenção de matar o magistrado.

Bueno conta que tomou conhecimento da situação por meio do delegado da cidade, que fez um comunicado formal sobre a existência das ameaças. Ainda segundo o juiz, recentemente o suspeito teria dito que sairia da cadeia em um "cavalo doído" - fuga de presos em massa pela porta da frente da cadeia - e que iria ao fórum para matá-lo.

Diante da situação, o suspeito foi transferido para uma penitenciária em Unaí, também no Noroeste do Estado, e o processo, que ainda está em fase inicial, será julgado por um juiz da Comarca de Arinos. "É impossível alguém trabalhar tranquilo sendo diariamente ameaçado e com a sensação de que está vulnerável", diz o magistrado. Devido às ameaças, o juiz está sendo escoltado por dois policiais. Ele diz que no fórum de Buritis não há detector de metais ou câmeras de monitoramento, equipamentos importantes para garantir a segurança dos magistrados. "Essa proteção irá garantir à sociedade um julgamento justo e

Repúdio

Nessa quarta-feira (15), a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) emitiu uma nota para denunciar a situação e afirmou que tomará todas as providências para zelar pela segurança do juiz e garantir a aplicação das leis em Buritis. "Os juízes e juízas não se intimidarão e nem irão permitir que outro crime seja cometido para impedir o combate à violência doméstica e a plena realização de justiça. O poder constituído, o Poder Judiciário e a Amagis não ficarão de braços cruzados ante essas agressões a mulheres e ameaças de morte contra juízes, que, antes de tudo, são ataques à própria democracia e à Constituição", diz o informe.

O que achou deste artigo? ☆☆☆☆

Entrevista

Herbert José de Almeida Carneiro

Presidente da Amagis

Poder judiciário com mais autonomia

Democratização e valorização dos juízes são pontos defendidos pelo presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis-MG), Dr. Herbert José de Almeida Carneiro, que também preside o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP.

Ele está à frente de um movimento para que os juízes de Minas votem na eleição dos cargos do Tribunal de Justiça e que todos os desembargadores do TJ possam ser votados. Herbert defende também maior autonomia para o Judiciário, que, com a Constituição de 1988 passou a ser mais acionada, porém carente de estrutura para atender a essa demanda crescente.

*

SETE DIAS - O senhor escreveu artigo no jornal "Decisão", publicação mensal da Associação, sobre uma proposta que seria oportunidade histórica de salto democrático no judiciário mineiro. O que é exatamente essa proposta?

Herbert José de Almeida Carneiro - Ela é fruto de uma Assembleia histórica que fizemos na associação. Reunimos no nosso espaço interno quase 500 juízes e discutimos vários assuntos de interesse do judiciário mineiro, mas, especialmente, um que teve aceitação unânime, que foi a possibilidade de nós apresentarmos uma proposta para o Tribunal de Justiça do Estado

de Minas Gerais, sugerindo uma resolução, pois a nossa lei orgânica da magistratura nacional, e também a lei de organização de divisão judiciária, prevê a possibilidade da eleição, no caso da nossa lei estadual específica, para os cargos diretos do tribunal, dos cinco desembargadores mais antigos do tribunal. Mas com relação aos eleitores, a quem elege, a lei cogita de membros do tribunal. Membros do tribunal em longa data vêm sendo interpretados, no primeiro momento, como desembargadores, os 25 desembargadores do Tribunal de Justiça, eram eles quem antigamente elegiam o presidente.

Somos todos membros do poder judiciário de Minas. Então a proposta que a Associação apresentou é no sentido de possibilitar aos juízes de Minas, votarem para os cargos do Tribunal da Justiça e, junto com essa proposta, também, a possibilidade de estendermos, dos cinco desembargadores, mais antigos para todos os desembargadores do Tribunal de Justiça serem votados, ou seja, é democratizar internamente o poder judiciário, e isso tem uma base de sustentação bastante lógica e razoável.

SD - Qual a importância da participação dos juízes nesse processo?

Herbert Carneiro - Vou exemplificar com minha própria situação. Eu fui juiz em Jacinto e Almenara. Naturalmente lá, diretamente eu é que tinha contato com o jurisdicionado,

não é o desembargador que está no Tribunal de Justiça que tem esse contato direto com o jurisdicionado. O juiz que está lá na ponta, que é quem atende em primeira mão a demanda, ele que sabe, efetivamente, da necessidade do poder judiciário, se é importante, por exemplo, passarmos logo imediatamente à adoção do processo eletrônico, se é preciso instalar mais varas ou não, se é preciso ter mais juízes ou não, se é preciso prepararmos e qualificarmos o servidor. Quer dizer, quem sabe, no primeiro plano, das necessidades do poder judiciário é o próprio juiz que está nas nossas 296 comarcas do Estado. Então, nada mais do que justo e razoável que esse Juiz participe efetivamente do processo de eleição.

SD - O senhor fala muito sobre o aperfeiçoamento da Justiça. Para o cidadão leigo na área, isso seria o embrião de uma situação nacional? Para a democracia da Justiça brasileira e realmente a independência dos poderes?

Herbert Carneiro - Sim. A Constituição de 1988 abriu as portas do judiciário para o cidadão brasileiro, fazendo convites, como: se você não estiver garantido pelo Estado, preservados seus direitos e garantias fundamentais, acione o poder judiciário; posteriormente, esse já dentro do âmbito do próprio judiciário, em 1995 foi instituído a lei dos juizados especiais cível e criminal. Possibilitando exatamente um acesso mais



Herbert Carneiro defende a democratização interna do judiciário

simplificado, menos dispêndio de acesso ao judiciário; para os chamados crimes de pequeno potencial ofensivo. O Estado aciona o cidadão infrator também através do juizado especial criminal com as mesmas prerrogativas, de celeridades.

Ou seja; o cidadão foi incentivado a acionar o judiciário: está aí de portas abertas, procure! Criou-se no Brasil o que a gente chama de ativismo judicial, um 'demandismo' muito grande do judiciário, de todos os direitos do cidadão, mas sem que o judiciário tenha estruturas adequadas para suportar esta demanda. Hoje, 92 milhões de processos em

habilitação na justiça brasileira com o índice de contingenciamento de mais de 70% do Estado (União, Estados e Municípios), todos passaram a ser os grandes demandistas, 40 a 50% desta demanda é o Estado acionando o cidadão para cobrar algo e cobrando através do poder judiciário. Quem fez e tem feito uma grande revolução no âmbito interno no poder judiciário é o Conselho Nacional de Justiça, que entrou na Constituição Federal com a proposta de emenda constitucional, a PEC 45 em 2004. Ela foi aprovada e criou o órgão de fiscalização e de auxílio às administrações dos tribunais do

país. O CNJ, desde 2009, tem levantado toda esta demanda do judiciário, aonde estão os gargalos. Nós precisamos passar a pensar o judiciário com metas, com planejamentos estratégicos, gestão de qualidade, com buscas de resultados. Hoje é moroso, não funciona bem, não atende por falta de estrutura necessária.

SD - Em outras palavras, nessa falta de estrutura está a razão das reclamações contra a morosidade, que gera a impunidade e da frase que já virou bordão popular, de que "a polícia prende e a justiça solta"?



Participação do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, no programa Assembleia Debate, da TV Assembleia. Tema do programa foi a situação do sistema prisional brasileiro, com foco na recente crise do Complexo de Pedrinhas no Maranhão.